

**HABEAS CORPUS Nº 527.460 - SP (2019/0242296-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
RAFAEL BARCELOS TRISTÃO - RJ188299  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE LINDOMAR ALVES DE LIMA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSE LINDOMAR ALVES DE LIMA em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim relatado (fls. 227/228):

O representante do MINISTÉRIO PÚBLICO interpõe o presente Agravo em Execução, objetivando a reforma da r. decisão do MM. Juízo do DEECRIM 6ª RAJ da Comarca de Ribeirão Preto, que deferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto formulado em favor do sentenciado JOSÉ LINDOMAR ALVES DE LIMA (fls. 182/183).

Sustenta o Parquet não ter o agravado cumprido o requisito subjetivo, eis que apenas o atestado de boa conduta carcerária não é suficiente para aferição de seu mérito. Por esse motivo, pleiteia a cassação da progressão concedida, devendo o sentenciado tornar a cumprir a pena em regime fechado, até que demonstre a satisfação do requisito subjetivo, mediante a realização de exame criminológico (fls. 01/32).

Ofertada a contraminuta (fls. 199/205), a r. Decisão agravada foi mantida (fls. 206) e a d. Procuradoria Geral de Justiça, em seu parecer, opinou pelo provimento do agravo (fls. 214/218).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais concedeu ao paciente a progressão para o regime semiaberto.

Irresignado, o *Parquet* interpôs agravo em execução, o qual foi provido pela Corte local, determinando-se a recondução do paciente ao regime fechado e a realização de exame criminológico.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que o paciente possui os requisitos objetivo e subjetivo necessários à progressão ao regime intermediário, entendendo inexistir razões para a realização de exame criminológico no caso em exame.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para cassar o acórdão atacado, deferindo-se a progressão do paciente ao regime semiaberto.

A liminar foi indeferida.

Prestadas as informações

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

É o relatório.

DECIDO.

A impetrante pretende a progressão do paciente ao regime semiaberto, por entender que possui os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão de tal benesse, não sendo necessária a realização de exame criminológico.

O Tribunal *a quo* deu provimento ao agravo em execução ministerial, com base nos seguintes fundamentos (fls. 228/230):

Há que se prover o presente recurso para que a r. decisão de Primeiro Grau seja reformada, pois JOSÉ LINDOMAR efetivamente não reúne requisito subjetivo para a benesse pretendida.

Segundo a nova redação do art. 112, da LEP, dada pela Lei 10.792/03, não é mais imprescindível o parecer da Comissão Técnica de Classificação.

No entanto, sempre que o juiz entender necessário, dentro de seu poder discricionário e prudente arbítrio, poderá decidir pela submissão ao exame criminológico.

Tratando-se de crimes violentos contra a vida ou com grave ameaça à pessoa, o exame criminológico é indispensável para averiguação do grau de periculosidade e da aptidão do reeducando ao convívio social, sobretudo para melhor análise de suas circunstâncias pessoais, bem como da probabilidade de reincidência e do risco que sua reintegração traria à sociedade.

Consoante se extrai do Boletim Informativo de fls. 161/166, o reeducando cumpre pena carcerária de 17 (dezessete) anos, 06 (seis) meses e 13 (treze) dias, pela prática dos crimes de roubo e associação criminosa.

Não bastasse, sua execução foi bastante conturbada e possui anotação da prática de falta grave.

**Mesmo após a condenação por crimes contra o patrimônio anteriores e o cumprimento das respectivas penas impostas, o recorrente mostrou ausência de assimilação da terapêutica penal, sendo que cometeu outros delitos (roubo em 31/03/2008 e 14/04/2014), de modo que as penas claramente não atingiram as finalidades preventiva e ressocializadora.**

**Outrossim, depreende-se que JOSÉ LINDOMAR é reincidente em crime doloso e cumpre longa pena, com TCP previsto apenas para 15/08/2033.**

**Extraí-se, por fim, que já foi agraciado com os benefícios da liberdade provisória (em 17/04/2015) e do livramento condicional (22/10/2012) e voltou a delinquir.**

**Tais circunstâncias efetivamente demonstram falta de amadurecimento e de adequação ao conjunto de princípios, regras e comandos de disciplina próprios do sistema prisional, sem o que a concessão da benesse pretendida seria prematura e colocaria em risco a sociedade.**

**Destarte, em que pese o preenchimento do requisito objetivo, o simples atestado de bom comportamento carcerário, por si só, não se mostra**

**seguro para avaliar se o reeducando encontra-se preparado para o regime de semiliberdade, mormente tento em vista a gravidade e a forma como o crime foi praticado.**

Ante o exposto, DÁ-SE PROVIMENTO ao presente recurso, para cassar a decisão agravada, determinando-se que antes de outra decisão ser proferida, o sentenciado seja submetido ao exame criminológico.

Como se vê, a Corte Estadual indeferiu o pedido de progressão de regime por entender ser necessária a realização do exame criminológico, ao argumento de que *Não bastasse, sua execução foi bastante conturbada e possui anotação da prática de falta grave. Mesmo após a condenação por crimes contra o patrimônio anteriores e o cumprimento das respectivas penas impostas, o recorrente mostrou ausência de assimilação da terapêutica penal, sendo que cometeu outros delitos (roubo em 31/03/2008 e 14/04/2014), de modo que as penas claramente não atingiram as finalidades preventiva e ressocializadora.*

Acerca da matéria, desde a Lei 10.792/2003, que conferiu nova redação ao art. 112 da Lei de Execução Penal, aboliu-se a obrigatoriedade do exame criminológico como requisito para a concessão da progressão de regime e livramento condicional.

Nesse contexto, cumpre ao julgador verificar, em cada caso, acerca da necessidade, ou não, de sua realização, podendo dispensar o exame criminológico ou, ao contrário, determinar sua realização, desde que mediante decisão concretamente fundamentada na conduta do apenado no decorrer da execução, o que não se constata na espécie.

Neste caso, porém, considerando-se a data das últimas faltas praticadas, imperioso notar que há decurso considerável de tempo a se concluir pela reabilitação da apenada, observada a natureza progressiva do cumprimento de pena.

Dessa forma, não há falar em desconsideração total do histórico carcerário da presa, mas sim em sua análise em consonância com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e individualização da pena, que regem não só a condenação, como a execução criminal.

Nesse contexto, não pode a paciente ter seu direito a progressão negado por ausência do requisito subjetivo, quando as últimas faltas graves praticadas são antigas, e a autoridade mais próxima do cumprimento da pena vem atestando progresso na sua reabilitação (fls. 130/135).

Diante disso, de acordo com o entendimento desta Corte, a quantidade da pena e a gravidade abstrata do crime praticados não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, tampouco podendo antigas faltas graves serem invocadas para macular o mérito do reeducando. A propósito:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO INDEFERIDA. REQUISITO SUBJETIVO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS, LONGA PENA A CUMPRIR E FALTAS GRAVES JÁ REABILITADAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

**2. As instâncias ordinárias não lograram fundamentar o não preenchimento do requisito subjetivo para a progressão ao regime intermediário, mormente porque a quantidade da pena e os fatores relacionados ao crime praticado, não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, bem como as faltas disciplinares são antigas, já reabilitadas há 3 anos, havendo atestado de bom comportamento e exame criminológico favorável. Precedentes.**

3. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem, de ofício, para cassar o acórdão e a decisão de 1º Grau, e determinar que o Juízo da Execução reexamine o pedido de progressão de regime, analisando o requisito subjetivo (mérito) com base em elementos concretos da execução da pena, à luz do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal. (HC 367.947/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/10/2016, DJe 4/11/2016)

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. AGRAVO EM EXECUÇÃO. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. BENEFÍCIO NEGADO PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM. INADIMPLEMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. GRAVIDADE DOS DELITOS E LONGEVIDADE DAS PENAS. FALTAS GRAVES VETUSTAS. JUSTIFICAÇÃO GENÉRICA E FORA DOS PARÂMETROS LEGAIS. IMPOSSIBILIDADE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. OCORRÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A teor do que prevê o atual art. 112 da Lei de Execuções Penais, com a redação que lhe deu a Lei nº 10.792/2003, ao indeferir a progressão de regime prisional, porque não cumprido o requisito subjetivo, o julgador deve fazê-lo de forma motivada em dados concretos da execução da pena, não podendo cercar-se de elementos ou circunstâncias não previstos na lei de regência.

**2. As instâncias de origem não lograram fundamentar o inadimplemento do requisito subjetivo para a progressão carcerária, fazendo apenas referência à gravidade abstrata dos crimes cometidos pelo paciente, à sua longa pena a cumprir e à existência de faltas de natureza grave antigas, cometidas há mais de 5 (cinco) anos, das quais o reeducando já está reabilitado, tendo atualmente bom comportamento carcerário e**

**exame criminológico favorável.**

3. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar que o Juízo da Execução reexamine o pedido de progressão de regime formulado em favor do paciente, analisando o requisito subjetivo (mérito) com base em elementos concretos da execução da pena, à luz do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal (HC 362.983/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 6/9/2016, DJe 16/9/2016).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. RESSALVA DO ENTENDIMENTO PESSOAL DA RELATORA. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME PRISIONAL SEMIABERTO DEFERIDO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES PENAIS. DECISUM CASSADO PELA CORTE DE ORIGEM. CONSIDERAÇÃO DE FALTA GRAVE COMETIDA HÁ MAIS DE 04 ANOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. POSSIBILIDADE DE EXAME CRIMINOLÓGICO. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA. WRIT CONCEDIDO DE OFÍCIO. (...)

**5. A existência de falta grave autoriza o indeferimento do pedido de progressão de regime prisional, por ausência de requisito subjetivo, conforme entendimento adotado nesta Corte Superior. Entretanto, impedir a progressão carcerária, com base em falta grave cometida há longo tempo (no caso, mais de 04 anos), afigura-se desarrazoado e ofensivo à ressocialização da pena, mormente quando possível a realização de exame criminológico.**

6. Ordem de habeas corpus não conhecida. Habeas corpus concedido, de ofício, para determinar que o Juízo das Execuções Penais reavalie o pedido de progressão ao regime semiaberto formulado em prol da Paciente, em especial o requisito subjetivo necessário à concessão de tal benefício (HC 286.022/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22/4/2014, DJe 30/4/2014).

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME AO SEMIABERTO DEFERIDA PELO JUIZ DA EXECUÇÃO. DECISÃO CASSADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que, de acordo com o art. 112 da Lei de Execução Penal, com a redação dada pela Lei n. 10.792/2003, não há mais a exigência de submissão do condenado ao exame criminológico, podendo o Juiz ou mesmo o Tribunal de origem determinar sua realização, diante das peculiaridades do caso concreto e de forma fundamentada.

2. O Juiz da execução encontra-se mais próximo à realidade do caso concreto, podendo com muito mais propriedade distinguir as situações em que se mostra

desnecessária a realização do exame (HC n. 196.913/SP, Ministra Maria Thereza, Sexta Turma, DJe 30/5/2011).

**3. O Tribunal de Justiça cassou a decisão do Juízo da execução - que concedeu ao paciente a progressão de regime ao semiaberto, sem a necessidade de submetê-lo ao exame criminológico, por entender preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo - tão somente devido à gravidade do delito praticado, à longa pena a ser cumprida, e à circunstância de registrar o paciente, durante a execução da pena, maus antecedentes carcerários (prática de faltas graves, sendo a última em 2009), sem, no entanto, trazer nenhuma circunstância concreta a demonstrar a imprescindibilidade da realização da avaliação criminológica do paciente.**

**4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 174.582/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 29/5/2012, DJe 11/6/2012.)**

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* a fim de restabelecer a decisão do juízo da execução, que deferiu o pedido de progressão do ora paciente ao regime semiaberto.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator